

**Proposta da Administração
Assembleia Geral Ordinária
de 29.04.2022**



2022

ÍNDICE

1 - Informações sobre a Assembleia Geral Ordinária.....	3
Anexo I – art. 9º, inciso III - Comentários dos administradores sobre a situação financeira da Companhia, nos termos do item 10 do formulário de referência.....	4
Anexo II – art. 9º § 1º item II – Anexo 9-1-II – Destinação do Lucro Líquido.....	24
Anexo III – Proposta de remuneração dos Diretores.....	28
Anexo IV – art. 12, inciso I e II – Proposta de remuneração dos administradores - item 13 do formulário de referência.....	29
Anexo VI– Manual de Participação.....	39
Anexo VII – Modelo de Procuração.....	46
Anexo VIII– Voto a Distância.....	47

DTCOM DIRECT TO COMPANY S/A
Companhia Aberta
CNPJ: 03.303.999/0001-36
NIRE: 41 3 0001789-1

Senhores Acionistas:

Em atenção ao disposto na Instrução nº 481 da Comissão de Valores Mobiliários de 17 de dezembro de 2009 ("ICVM 481"), apresentamos a seguir a proposta da administração da **DTCOM DIRECT TO COMPANY S/A** ("Companhia") ("Proposta"), contendo as informações e documentos relacionados com os assuntos a serem deliberados na Assembleia Geral Ordinária ("AGO") a ser realizada no dia 29 de abril de 2022 às 11:00 horas, na Av. Dom Pedro II, 1720, na cidade de Quatro Barras, no estado do Paraná – CEP 83.420-000.

Na AGO serão deliberadas as seguintes matérias:

- I- Examinar, discutir e aprovar, o relatório da administração e as demonstrações financeiras, inclusive parecer dos auditores independentes, relativos ao exercício social findo em 31.12.2021;
- II- Fixar a remuneração anual global dos administradores para o exercício de 2022;
- III- Deliberar sobre a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31.12.2021.

Seguem anexos os documentos abaixo listados relacionados às matérias acima mencionadas:

1. Comentários dos Administradores sobre a situação financeira da Companhia, nos termos do Item 10 do Formulário de Referência, conforme artigo 9º da Instrução CVM 481/09 (Anexo III desta Proposta);
2. Proposta de Remuneração dos Administradores e informações indicadas no item do 13 do Formulário de Referência, conforme artigo 12 da Instrução CVM 481/09 (Anexo I desta Proposta);
3. Proposta de destinação do Lucro Líquido, nos termos do Anexo 9-1-II da Instrução CVM 481/09 (Anexo II desta Proposta).

Nos termos da legislação aplicável, as cópias dos documentos referentes às matérias da ordem do dia encontram-se à disposição dos Acionistas na sede e no website da Companhia (<http://dtcom.com.br>), bem como nos websites da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br) e da BM&F Bovespa S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (www.bmfbovespa.com.br), em conformidade com as disposições da Lei nº 6.404/76 e da Instrução CVM nº 481/2009.

ANEXO I

COMENTÁRIOS DOS ADMINISTRADORES (ITEM 10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA)

Os valores referentes ao Comentário dos Administradores, item 10 do Formulário de Referência são apresentados em Reais, que é a moeda funcional da Companhia.

Todas as informações financeiras apresentadas em Reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

10.1 Comentários dos Diretores sobre:

a. Condições financeiras e patrimoniais gerais

Desempenho Operacional

Nossa missão é participar do crescimento das corporações, conectando pessoas e o conhecimento nas suas práticas.

Há 20 anos no mercado, construímos uma marca de grande credibilidade no mercado de comunicação e educação corporativa, construindo cases de sucesso com o propósito de gerar valor aos negócios de nossos clientes.

Diretoria entende que a Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais suficientes para implementar o seu plano de negócios e cumprir as suas obrigações atuais de curto, médio e longo prazo.

Nesse sentido, a Diretoria informa que, em 31 de dezembro de 2021, a posição de caixa da Companhia era de R\$ 1.155 mil e os empréstimos e financiamentos totalizavam R\$ 1.752, resultando em uma posição de dívida líquida de R\$ 597. Em 31 de dezembro de 2020, a posição de caixa da Companhia era de R\$ 3.554 mil e os empréstimos e financiamentos totalizavam R\$ 2.888, resultando em uma posição de dívida líquida de R\$ -666. Em 31 de dezembro de 2019, a posição de caixa da Companhia era de R\$ 2.521 e os empréstimos e financiamentos totalizavam R\$ 2.844, resultando em uma posição de dívida líquida de R\$ 323.

	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2019
Total de Empréstimos (nota 11)	1.752	2.888	2.844
Menos: Caixa e equivalente de caixa (Nota 5)	(1.155)	(3.554)	(2.521)
Dívida Líquida	597	(666)	323
Total do Patrimônio Líquido	232	5.050	4.661
Total do Capital	829	4.384	4.984
Índice de alavancagem financeira	72%	-15%	6%

b. Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando: (i) hipóteses de resgate; e (ii) fórmula de cálculo do valor de resgate

Os diretores acreditam que a Companhia possui estrutura de capital adequada a suas operações e nível confortável de alavancagem financeira.

	31 de Dezembro		
	2021	2020	2019
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social realizado (nota 13a)	68.223	55.246	55.090
Reserva de capital	150	150	150
Reserva de reavaliação (nota 13b)	-	193	209
Ajustes de Avaliação Patrimonial			
Adiantamento para futuro aumento de capital (nota 11)	-	12.977	12.977
Ativo mantido para venda (terreno)	-	1.451	
Prejuízos acumulados	(68.141)	(63.516)	(63.765)
Total do patrimônio líquido	232	6.501	4.661

(i) hipóteses de resgate

(ii) fórmula de cálculo do valor de resgate

Não há hipótese de resgate de ações de emissão da Companhia além das legalmente previstas e, portanto, também não há fórmula de cálculo do valor de resgate.

c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Considerando o perfil de endividamento da Companhia, o seu fluxo de caixa e a sua posição de liquidez, os diretores acreditam que a Companhia tem liquidez e recursos de capital suficientes para cobrir os investimentos, despesas, dívidas e outros valores a serem pagos nos próximos anos, embora não possa garantir que tal situação permanecerá igual. Caso seja necessário contrair empréstimos para financiar seus investimentos e aquisições, os diretores entendem que a Companhia tem capacidade para contratá-los.

d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Quando necessário, captamos recursos por meio de contratos financeiros, os quais são empregados no financiamento de nossas necessidades de capital de giro e investimentos de curto e longo prazo, bem como na manutenção de nossas disponibilidades de caixa em nível que acreditamos apropriado para o desempenho de nossas atividades. Contratamos empréstimos junto a bancos comerciais e bancos de fomento. Sempre buscamos manter um nível reduzido de exposição a riscos das taxas de juros.

e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Companhia busca financiar sua necessidade de capital de giro com a melhora constante da sua performance operacional, fazendo com que seu desempenho implique em geração de capital de giro positivo. Desta forma, não há plano de captação de recursos externos destinados à cobertura de capital de giro.

As captações realizadas têm como foco principal o financiamento de investimentos tecnológicos, além de uma série de melhorias operacionais, as quais estavam pautadas no planejamento estratégico da Companhia. Neste sentido, ainda se percebe que a Companhia recorre as fontes externas quando há necessidade de investimentos em ativos não-circulantes, mas fora os já captados no último exercício, não há pretensão em adquirir novos recursos no curto prazo.

f. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

O custo de captação destas operações depende da característica de cada um, conforme apresentado a seguir:

Instituição	Taxa de juros	Vencimentos	2021		2020		2019	
			Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Empréstimos								
Banco ABC Brasil S.A. Nº 3748115	CDI + 7,44% a.a	05/05/2021			679		1.577	526
BRDE - SC - Financiamento 2.35566.01.0 - KOL	TJLP + 0,54% a.m	01/01/2023	271		282	238	246	369
BRDE - DTCOM	TJLP + 0,4% a.m	15/04/2027	240	1.241	253	1.436		
Outros Empréstimos e Financiamentos								
TV O Estado de Florianópolis		25/09/2020					126	
			511	1.241	1.214	1.674	1.949	895

São registrados pelos valores originais de captação, deduzidos dos respectivos custos de transação quando existentes, atualizados monetariamente pelos indexadores pactuados contratualmente com os credores, acrescidos de juros calculados pela taxa de juros efetiva e atualizados pela variação cambial quando aplicável, até as datas dos balanços.

A Companhia acredita que seu nível de endividamento está adequado face às necessidades financeiras requeridas em seu plano de negócios e à sua estratégia de estrutura de capital.

Cronograma de Amortização:

De acordo com os administradores da Companhia, a geração de caixa confere margem de conforto para honrar todas as obrigações de longo prazo existentes.

Vencimentos	Valores
2022	511
2023	334
2024 em diante	907
	1.752

i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Conforme tabela acima.

ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras

A Companhia não apresenta relações de longo prazo com instituições financeiras que não obrigações relacionadas às operações acima.

iii. grau de subordinação entre as dívidas

Não existe grau de subordinação entre as dívidas da Companhia.

iv. eventuais restrições impostas à Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário

Conforme definido no estatuto social, na letra "i" do artigo 15 o limite de endividamento determinado para a contratação pela Diretoria é de até R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais). Acima desse valor, é necessária a aprovação do Conselho de Administração.

A Companhia também pode recorrer a partes relacionadas para a obtenção de empréstimos, com base em contratos e sujeitos a juros, no intuito de cobrir eventuais deficiências de liquidez.

g. Limites de utilização dos financiamentos já contratados

Com relação aos contratos de financiamentos vigentes em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019 não há restrição especificada de limites de utilização dos recursos.

h. Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

	31 de Dezembro							
ATIVO	2021	% AV	%Variação 2020/2021	2020	% AV	%Variação 2019/2020	2019	% AV
	(Em milhares de R\$, exceto se indicado de outra forma)							
CIRCULANTE								
Caixa e equivalente de caixa	1.155	7,63%	-67,50%	3.554	13,13%	40,98%	2.521	8,74%
Contas a receber de clientes (nota 5)	2.088	13,79%	36,29%	1.532	5,66%	198,05%	514	1,78%
Impostos a recuperar (nota 6)	1.385	9,14%	-12,29%	1.579	5,83%	-11,84%	1.791	6,21%
Adiantamentos a fornecedores	20	0,13%	-74,03%	77	0,28%	-37,90%	124	0,43%
Outras contas a receber	21	0,14%	-53,33%	45	0,17%	-89,16%	415	1,44%
Despesas do exercicio seguinte	84	0,55%	-4,55%	88	0,33%	-83,43%	531	1,84%
Total do ativo circulante	4.753	31,38%	-30,87%	6.875	25,40%	16,60%	5.896	20,44%
NÃO CIRCULANTE								
Realizável e Longo Prazo								
Ativo mantido para venda (nota 29)	-	0,00%	100,00%	2.800	10,34%	0,00%	-	0,00%
Contas a receber de clientes	3.071	20,28%	-29,74%	4.371	16,15%	0,00%	4.371	15,15%
Outros créditos	-	0,00%	-100,00%	54	0,20%	38,46%	39	0,14%
Imobilizado	1.375	9,08%	-56,45%	3.157	11,66%	-48,36%	6.114	21,19%
Intangível	5.947	39,26%	-39,40%	9.814	36,25%	-21,03%	12.427	43,08%
Total do ativo não circulante	10.393	68,62%	-48,54%	20.196	74,60%	-12,00%	22.951	79,56%
TOTAL DO ATIVO	15.146	100,00%	-44,05%	27.071	100,00%	-6,16%	28.847	100,00%
PASSIVO	2021	% AV	2019/2020	2020	% AV	2018/2019	2019	% AV
CIRCULANTE								
Empréstimos e financiamentos	511	3,37%	-57,91%	1.214	4,48%	-37,71%	1.949	6,76%
Fornecedores	96	0,63%	-95,60%	2.182	8,06%	-22,87%	2.829	9,81%
Impostos e contribuições a recolher	5.830	38,49%	-13,67%	6.753	24,95%	-4,69%	7.085	24,56%
Obrigações sociais e trabalhistas	852	5,63%	-24,13%	1.123	4,15%	-37,65%	1.801	6,24%
Passivo de arrendamento	-	0,00%	-100,00%	458	1,69%	100,00%	524	1,82%
Outras contas a pagar	1.310	8,65%	359,65%	285	1,05%	69,64%	168	0,58%
Total do passivo circulante	8.599	56,77%	-28,43%	12.015	44,38%	-16,31%	14.356	49,77%
NÃO CIRCULANTE								
Empréstimos e financiamentos	1.241	8,19%	-25,87%	1.674	6,18%	87,04%	895	3,10%
Impostos e contribuições a recolher	4.774	31,52%	5,04%	4.545	16,79%	-1,47%	4.613	15,99%
Provisão para contingências	-	0,00%	-100,00%	71	0,26%	-6,58%	76	0,26%
IRPJ e CSSL diferidos	-	0,00%	-100,00%	99	0,37%	-50,50%	200	0,69%
Arrendamento Mercantil	-	0,00%	-100,00%	889	3,28%	0,00%	1.420	4,92%
Adiantamento de clientes (Nota 12)	300	1,98%	-76,51%	1.277	4,72%	0,00%	2.626	9,10%
Total do passivo não circulante	6.315	41,69%	35,47%	8.555	31,60%	14,90%	9.830	34,08%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO								
Capital social realizado	68.223	450,44%	23,49%	55.246	204,08%	0,28%	55.090	190,97%
Reserva de capital	150	0,99%	0,00%	150	0,55%	0,00%	150	0,52%
Reserva de reavaliação	-	0,00%	-100,00%	1.644	6,07%	686,60%	209	0,72%
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	0,00%	-100,00%	12.977	47,94%	0,00%	12.977	44,99%
Prejuízos acumulados	(68.141)	-449,89%	7,28%	(63.516)	-234,63%	-0,39%	(63.765)	-221,05%
Total do patrimônio líquido	232	1,53%	-96,43%	6.501	24,01%	39,48%	4.661	16,16%
TOTAL DO PASSIVO	15.146	100,00%	-44,05%	27.071	100,00%	-6,16%	28.847	100,00%

10.2 Comentários dos Diretores sobre:

a. Resultados das operações da Companhia, em especial:

(i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita

	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>	<u>31.12.2019</u>
<u>Receitas</u>			
. Transmissão de sinal via satélite	-	-	143
. Prestação de serviços	11.483	18.647	15.397
. Outras receitas	-	-	-
Total das Receitas Operacionais	<u>11.483</u>	<u>18.647</u>	<u>15.540</u>
<u>Dedução das Receitas Operacionais</u>			
. Impostos sobre as vendas	(289)	(468)	(1.754)
. Receita a Realizar Diferida	-	(1.601)	(2.158)
Total das deduções	<u>(289)</u>	<u>(2.069)</u>	<u>(3.912)</u>
Total das Receitas Operacionais, líquidas	<u>11.194</u>	<u>16.578</u>	<u>11.628</u>

Identificou-se uma queda do nível de receita bruta, se comparado ao ano anterior, passando de 18.647 em 2020 para R\$ 11.483 em 2021. A Companhia considera o desempenho deste exercício como positivo face os desafios que o ano de 2021 impôs ao mercado. Cientes dos desafios presentes e futuros, a Administração da Companhia permanece segura quanto à execução do seu plano estratégico e segue trabalhando diariamente para garantir a continuidade operacional, que tem como objetivo final nada além da preservação do caixa da Companhia pelos próximos anos e a retomada gradual e orgânica das operações.

O desempenho financeiro reflete um cenário já previsto pela Administração, visto o cenário econômico brasileiro, marcado por instabilidades e incertezas, os indicadores macroeconômicos demonstraram queda significativa no volume de investimentos e retração da economia.

(ii) **Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais**

A Companhia, mesmo com todos os esforços de investimentos operacionais, consegue manter seu equilíbrio operacional.

As despesas financeiras são oriundas de empréstimos e financiamentos bancários, captados para suportar investimentos e necessidade de caixa, além dos encargos decorrentes de parcelamentos de impostos, fruto de adesões a programas de parcelamentos.

As operacionais de sinergia estavam aparadas pela transação entre contas correntes firmadas entre as companhias, devidamente registrada no balanço da Dtcom.

b. Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços.

	31.12.2021	%	31.12.2020	%	31.12.2019	%
Receitas						
. Transmissão de sinal via satélite	-	0,00%	-	0,00%	143	0,92%
. Prestação de serviços	11.483	100,00%	18.647	100,00%	15.397	99,08%
. Outras receitas	-	-	-	-	-	-
Total das Receitas Operacionais	11.483	100%	18.647	100%	15.540	100%

Os principais impactos nas variações de receita entre os exercícios de 2021, 2020 e 2019 são explicados em decorrência de:

- (i) Política austera de fidelização de seus clientes, através da intensificação de ações de comunicação e relacionamento, o que garantiu a base de faturamento;
- (ii) Ciclo de execução dos projetos, tendo impacto no nível de receita, seja na sua implantação quanto em seu encerramento;
- (iii) A Companhia define suas mensalidades com base em sua estrutura de custos e análises de mercado. Em geral, a Companhia atualiza seus preços anualmente de acordo com o aumento de custos;
- (iv) Oferta de serviços agregados à base de clientes, aumentando o ticket médio por cliente.

c. Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia.

Não temos grande exposição às variações cambiais, e os reajustes de preços dos insumos, sempre que possível, são repassados aos preços.

Taxa de Câmbio: A Companhia não possui dívidas em moeda estrangeira.

De tal forma, durante os 3 (três) últimos Exercícios Sociais e no Exercício Social corrente, não houve nenhum impacto que represente montante relevante.

10.3 Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a. Introdução ou alienação de segmento operacional

A Companhia possui uma plataforma de negócios adequada para a execução de seus planos futuros, não havendo, no presente momento, expectativa de introdução ou alienação futura de segmento operacional. Dessa forma, a Companhia não possui ou possuirá nenhum tipo de alteração nas demonstrações financeiras decorrentes da introdução ou alienação de segmento operacional.

b. Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Em reunião do conselho de administração realizada em 25 de março de 2020 foi deliberado:

- i. Aprovar a conversão do saldo de mútuos para Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC) realizada em 31/12/2019;
- ii. Aprovar o aumento de capital social mediante emissão privada de 3.800.000 (três milhões e oitocentos mil) ações ordinárias nominativas, com direito a voto, a serem subscritas ao preço unitário de R\$ 3,93 (três reais e noventa e três centavos), perfazendo um montante de até 14.934.000,00 (quatorze milhões, novecentos e trinta e quatro mil reais), com integralização no ato da subscrição, em moeda corrente nacional ou capitalização de créditos detidos por acionistas da Companhia na forma de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital. É assegurado aos atuais acionistas o direito de preferência na subscrição de novas ações na proporção de suas participações no capital social da companhia em 31/03/2020;

iii. O preço da emissão foi determinado com base no critério de cotação das ações na Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA), nos termos do artigo 170, § 1º, III da Lei das S.A., considerando o preço de fechamento das ações ordinárias da Companhia ("DTCY3") do período de janeiro 2019 a dezembro 2019; e

iv. Os acionistas poderão manifestar seu interesse na aquisição das ações objeto do presente aumento junto a Companhia ou em qualquer agência do Banco Bradesco S/A., ou ceder seus direitos de subscrição como previsto no art. 171 parágrafos 6º da Lei 6404/76. As novas ações terão os mesmos direitos e vantagens das ações atuais da mesma espécie e participarão integralmente dos dividendos referentes ao exercício social em curso na data da subscrição, que vierem a ser declarados. As sobras se houver, serão rateadas entre aqueles acionistas que manifestarem a opção no Boletim de Subscrição de Ações, na proporção dos valores subscritos. A subscrição das sobras deverá ocorrer dentro dos 30 (trinta) dias que se seguirem ao encerramento do prazo do exercício do direito de preferência, junto a Companhia ou em qualquer agência do Banco Bradesco S/A. Após o transcurso do prazo para subscrição das sobras acima estipulado, a Sociedade fará publicar novo Aviso aos Acionistas informando a quantidade de ações efetivamente subscritas. Em não havendo subscrição integral, terão os subscritores a faculdade de rever a sua decisão, retificando sua manifestação de vontade com relação à subscrição. Para tanto, os senhores subscritores terão o prazo de 2 (dois) dias úteis, contados da publicação do novo Aviso aos Acionistas acima mencionados, para dirigir-se a qualquer agência do banco Bradesco S/A e manifestar seu desejo de desistir da subscrição de ações.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28 de janeiro de 2021, entre outros assuntos, assuntos, foi deliberado alterar a redação do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia para refletir o aumento do capital social no valor de R\$ 13.132.959,60 (treze milhões, cento e trinta e dois mil, novecentos e cinquenta e nove reais e sessenta centavos), aprovado na Reunião do Conselho de Administração realizada em 25/03/2020. Em consequência, o capital social integralizado da Companhia ficará alterado para R\$ 68.223.102,16 (sessenta e oito milhões, duzentos e vinte e três mil, cento e dois reais e dezesseis centavos), divididos em 10.680.476 (dez milhões, seiscentos e oitenta mil e quatrocentos e setenta e seis) ações ordinárias 450.655 (quatrocentos e cinquenta mil e seiscentos e cinquenta e cinco) ações preferenciais.

c. Eventos ou operações não usuais

Não ocorreram durante os exercícios sociais encerrado em 31 de dezembro de 2021, 2020 e de 2019 quaisquer eventos ou operações não usuais com relação à Companhia e/ou suas atividades que tenham causado ou se espera que venham a causar efeito relevante nas demonstrações financeiras ou resultados da Companhia, além das relatadas neste documento.

10.4 Comentários dos Diretores sobre:

a. Mudanças significativas nas práticas contábeis

As demonstrações financeiras da Sociedade foram elaboradas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil que inclui, os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), suas interpretações técnicas ("ICPC") e orientações ("OCPC"), as instruções e demais orientações emitidas e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), as normas internacionais de relatório financeiro ("IFRS") emitidos pelo International Accounting Standards Board ("IASB") e interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretations Committee ("IFRIC"), as quais, evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e que estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

A Companhia revisa anualmente a vida útil do acervo técnico relacionado ao desenvolvimento de cursos disponibilizado em plataforma e oferecido em forma de acesso aos seus clientes. A recuperabilidade está vinculada as premissas de geração de lucros futuros que leva em conta a estimativa de receita a ser gerado nos anos seguintes, deduzida da amortização anual.

No entendimento da Administração da Companhia, os assuntos acima não apresentam risco significativo de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social.

A Administração da Companhia autorizou em 29 de março de 2022, a conclusão da elaboração destas demonstrações financeiras, considerando os eventos subsequentes ocorridos até esta data.

b. Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Nas demonstrações financeiras da Companhia do exercício findo 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2021 não houveram efeitos significativos das alterações de práticas contábeis.

c. Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Base para opinião com ressalva

Conforme nota explicativa nº 6, em 31 de dezembro de 2021, a Companhia mantém registrado sob a rubrica de Impostos a Recuperar – ISS a Restituir, no ativo circulante, o montante de R\$ 533.000 relativo ao respectivo tributo que foi recolhido junto ao município sede da Companhia e retido pelo cliente para recolhimento junto ao município sede do mesmo. A Administração da Companhia, por meio de seus assessores jurídicos, está pleiteando, na esfera administrativa a restituição ou compensação desse valor junto à autoridade tributária municipal de seu domicílio sede/fiscal, em por entender que teria sofrido bitributação, sendo, por conseguinte, a autorização de restituição e/ou compensação sujeita a análise da daquela autoridade tributária municipal, cuja previsibilidade de desfecho neste momento é incerta, configurando-se, portanto, como um ativo contingente. A Administração não reconheceu qualquer provisão do respectivo valor até que o desfecho das discussões seja conhecido, consequentemente, em 31 de dezembro de 2021, o ativo circulante está sendo apresentado a maior em R\$ 533.000, e o patrimônio líquido em R\$ 352.000, líquido dos efeitos tributários.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que as evidências de auditoria obtidas foram suficientes e apropriadas para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Incerteza relevante sobre a continuidade operacional

Como mencionado na Nota Explicativa no.1 às demonstrações financeiras, a Companhia foi afetada pelos impactos decorrentes da pandemia do Corona Vírus, com redução do volume de suas operações e perda de contratos com clientes, resultando tanto na redução de sua receita operacional quanto na sua capacidade de gerar caixa para honrar seus compromissos. Ademais, a Administração revisou a base de recuperabilidade do intangível que indicou a necessidade da baixa líquida do acervo técnico, no montante de R\$ 599.000, reconhecido no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Esses fatores, fizeram com que a Companhia incorresse em prejuízo líquido de R\$ 4.818.000 no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, e apresentasse excesso de passivos sobre ativos circulantes de R\$ 3.846.000 e prejuízo acumulado de R\$ 68.141.000, que praticamente consome o total do patrimônio líquido da Companhia no exercício findo nesta data. A Administração considera o pressuposto de continuidade operacional da Companhia e vem empreendendo diversas ações para reverter esse cenário, no entanto, algumas das ações não dependem exclusivamente da vontade da Administração, sendo, difícil estimar o sucesso no desfecho das mesmas. Essas condições indicam a existência de incertezas relevantes que podem levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Principal assunto de auditoria	Como a auditoria endereçou esse assunto
(a) Reconhecimento de receita A principal fonte de receita da Companhia advém de contratos de prestação de serviços que preveem a produção de conteúdo EAD (Ensino a Distância) sob demanda, para os segmentos acadêmico e corporativo, com entregas realizadas ao longo do tempo conforme solicitação dos seus clientes. As receitas são decorrentes de contratos de valor significativo, cujos controles internos estabelecidos requerem o acompanhamento adequado da entrega dos serviços. É necessário que os controles estejam em funcionamento durante todo o período para assegurar o adequado registro das receitas na competência correta. Em função da magnitude dos montantes envolvidos, associada aos aspectos acima mencionados, esse tema foi considerado como um dos principais assuntos de auditoria.	Nossos procedimentos incluíram, entre outros: (i) entendimento dos controles internos relevantes implementados pela Companhia para reconhecimento da receita; (ii) inspeção de documentos que evidenciam as transações de receitas, incluindo a análise de contratos, documentos fiscais e comprovantes de liquidação financeira; (iii) confirmação externa dos saldos de contas a receber junto aos clientes da Companhia; (iv) testes de liquidação subsequente para os valores faturados; (v) confirmação se os valores correspondentes a essas receitas foram registrados no período adequado; e (vi) verificação da conciliação das bases de contas a receber com os registros contábeis. Adicionalmente, avaliamos a adequação das divulgações incluídas na nota explicativas nº 3 e 15. Baseados no resultado dos nossos procedimentos de auditoria efetuados, consideramos razoáveis os critérios e premissas de reconhecimento de receitas adotados pela administração, assim como as respectivas divulgações estão adequadas.
(b) Acervo técnico De acordo com a nota explicativa nº 8, a Companhia possui registrado no ativo intangível, bens referentes ao acervo técnico, decorrentes da capitalização de gastos com desenvolvimento de conteúdo e cursos, os quais foram reconhecidos em exercícios anteriores e são amortizados considerando a expectativa de recuperabilidade ao longo do tempo. Devido às incertezas inerentes ao processo de determinação das estimativas de recuperabilidade, entre as quais incluem as premissas com projeções de resultado, taxa de desconto, entre outras, e, que requerem um grau de julgamento significativo por parte da Companhia, consideramos este assunto como significativo para nossa auditoria.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) Entendimento do processo de preparação e revisão do plano de negócios, orçamentos e análises ao valor recuperável referente ao acervo técnico; (ii) Discussão com a administração sobre o processo de capitalização de gastos com desenvolvimento ocorrida em exercícios anteriores, incluindo o atendimento as políticas contábeis, aprovações e os controles internos quando existentes implementados; e (iii) Avaliação da razoabilidade das estimativas dos valores em uso preparada pela Administração da Companhia na determinação das Unidades Geradoras de Caixa (UGC) e da metodologia utilizada para o teste de redução ao valor recuperável, bem como a avaliação da adequação das divulgações efetuadas. Como resultado dos procedimentos de auditoria executados, concluímos sobre a razoabilidade dos saldos contábeis do acervo técnico e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras.

10.5 Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pela Companhia, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros:

Estimativas e julgamentos críticos

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com as IFRS adotadas requer o uso de certas estimativas críticas. Este fato também exige que a Administração da Companhia exerça uma maior capacidade de julgamento na aplicação das políticas contábeis, e, portanto, na determinação de estimativas relacionadas à probabilidade de eventos futuros, os resultados reais eventualmente podem divergir dessas estimativas.

Na preparação das demonstrações financeiras, a Companhia adotou algumas variáveis e premissas derivadas de sua experiência histórica, dentre outros fatores que entende como razoáveis e relevantes. Os resultados poderiam ser distintos dos estimados sobre premissas, variáveis ou condições diferentes, mas as áreas onde julgamentos e estimativas significativos foram feitos na preparação de tais demonstrações financeiras e seus efeitos referem-se a:

Provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa (“provisão para impairment do contas a receber”) (Nota 5);

A Companhia efetua estimativa de perda das contas a receber considerando o histórico de perdas dos clientes e as perdas esperadas baseada nas análises de deterioração de riscos de créditos dos clientes monitoradas pela área de crédito e cobrança, consistentemente com a política contábil aplicada.

Recuperabilidade e vida útil do acervo técnico classificado no ativo intangível (Nota 8).

A Companhia revisa anualmente a vida útil do acervo técnico relacionado ao desenvolvimento de cursos disponibilizado em plataforma e oferecido em forma de acesso aos seus clientes. A recuperabilidade está vinculada as premissas de geração de lucros futuros que leva em conta a estimativa de receita a ser gerado nos anos seguintes, deduzida da amortização anual.

No entendimento da Administração da Companhia, os assuntos acima não apresentam risco significativo de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social.

Conversão de moeda estrangeira

As demonstrações financeiras estão apresentadas em R\$ (reais), que é a moeda funcional da Companhia. As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor. As aplicações financeiras estão representadas pelos valores de aplicação avaliados ao custo mais rendimentos auferidos até a data do balanço patrimonial.

Instrumentos financeiros

Ativos financeiros

i. Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias de mensuração:

- Mensurados ao custo amortizado.
- Mensurados ao valor justo (seja por meio de outros resultados abrangentes ou por meio do resultado).

A classificação depende do modelo de negócio da Companhia para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

ii. Reconhecimento e mensuração inicial

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado quando: (i) é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR (valor justo por meio do resultado), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

As contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem, principalmente:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas.
- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;

iii. Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a custo amortizado

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a VJR – Valor Justo por meio do Resultado

Quando existentes, esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

iv. Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na **Ativos financeiros**

v. Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias de mensuração:

- Mensurados ao custo amortizado.
- Mensurados ao valor justo (seja por meio de outros resultados abrangentes ou por meio do resultado).

A classificação depende do modelo de negócio da Companhia para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

vi. Reconhecimento e mensuração inicial

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado quando: (i) é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR (valor justo por meio do resultado), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

As contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem, principalmente:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas.
- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;

vii. Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a custo amortizado

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a VJR – Valor Justo por meio do Resultado

Quando existentes, esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

viii. Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

ix. Redução ao valor recuperável (*impairment*)

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na

experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (forward-looking).

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre os outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

Para os ativos financeiros que não as contas a receber de clientes classificados como ao custo amortizado, a Companhia avalia em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas. A metodologia de “*impairment*” aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito e indicadores que possam revelar perdas.

Para as contas a receber de clientes, a Companhia aplica a abordagem simplificada conforme permitido pelo IFRS 9/CPC 48 e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis

x. Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

xi. Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não celebrou contratos com instrumentos financeiros derivativos em nenhum dos exercícios apresentados.

3.5 Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os estoques e ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

3.6 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de

produtos e prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia.

Se o prazo de recebimento é equivalente há um ano ou menos (ou outro que atenda o ciclo normal da Companhia), as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PECLD" ou "impairment").

3.7 Impostos a recuperar

O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Os impostos são mensurados com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

3.8 Ativos intangíveis

As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Os custos associados à manutenção de softwares ou que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. A amortização é calculada e reconhecida em bases lineares, respeitando a vida útil estimada de utilização.

O acervo técnico é capitalizado com base nos custos incorridos para desenvolvê-lo, incluindo gastos com pessoal e serviços de terceiros. A amortização ocorre linearmente conforme a vida útil do acervo, que é estabelecida a partir do período de tempo que a Companhia espera obter benefícios econômicos futuros.

3.9 Imobilizado

Terrenos e edificações compreendem, principalmente, máquinas, equipamentos e edificação. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificadores.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida do resultado do exercício, quando incorridos.

Anteriormente, a Companhia optou por adotar o conceito de "deemed cost" constante do Pronunciamento Técnico do CPC nº 27 e ICPC nº 10.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais", na demonstração do resultado.

3.10 Direito de uso em arrendamento

Um contrato é ou contém um arrendamento baseado na nova definição de arrendamento. De acordo com o CPC 06 (R2)/IFRS 16, um contrato é ou contém um arrendamento se transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo e subsequentemente pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável, e ajustado por certas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo do arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de arrendamento que não foram pagos na data de início, descontados usando a taxa de juros implícita no arrendamento ou, quando essa taxa não pode ser determinada imediatamente, geralmente, a taxa média dos empréstimos como taxa de desconto. De acordo com o CPC 06 (R2)/IFRS 16, os ativos de direito de uso são submetidos ao teste de redução ao valor recuperável de acordo com a CPC 01.

A natureza das despesas relacionadas a esses arrendamentos está registrada como custo de depreciação dos ativos de direito de uso do arrendamento mercantil. As despesas financeiras sobre as obrigações de arrendamento mercantil são reconhecidas e demonstradas como despesas de juros. A Companhia não reconhece um ativo e passivo de arrendamento mercantil para contratos com prazo inferior a 12 meses, e/ou de baixo valor.

3.11 Ativo mantido para venda

O Grupo classifica um ativo como mantido para venda se o seu valor contábil será recuperado por meio de transação de venda. Para que este seja o caso, o ativo mantido ou o grupo de ativos mantidos para venda deve estar disponível para venda imediata em suas condições atuais, sujeito apenas aos termos que sejam habituais e costumeiros para venda de tal ativo. Com isso, a sua venda deve ser altamente provável. Para que a venda seja altamente provável, a Administração deve estar comprometida com o plano de venda do ativo, e deve ter sido iniciado um programa firme para localizar um comprador e concluir o plano. Além disso, o ativo mantido para venda deve ser efetivamente colocado à venda por preço que seja razoável em relação ao seu valor justo corrente. Ainda, deve-se esperar que a venda seja concluída em até um ano a partir da data da classificação como mantido para venda. O grupo de ativos mantidos para venda é mensurado pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo menos despesas de venda. Caso o valor contábil seja superior ao seu valor justo, uma provisão para ajuste ao valor recuperável é reconhecida em contrapartida ao resultado. Qualquer reversão ou ganho somente será registrado até o limite da perda reconhecida.

3.12 Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar aos fornecedores e as outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

3.13 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os

empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

3.14 Provisões

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, contingências ativas e contingências passivas são efetuados de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento CPC 25 e consideram premissas definidas pela administração da Companhia e seus assessores jurídicos. As contingências, coerentes com práticas conservadoras adotadas, são avaliadas por assessores jurídicos, e levam em consideração a probabilidade de que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar obrigações, cujo montante possa ser estimado com suficiente segurança.

O total das contingências é quantificado utilizando modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e ao valor.

3.15 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos: corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido.

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, e quando a Companhia gera lucro tributável. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos no ativo e no passivo, sobre prejuízos fiscais acumulados e sobre as diferenças temporárias entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributária sobre a entidade tributável ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida.

3.16 Capital Social

O capital social é composto por ações 100% integralizadas conforme nota 14 e classificadas no patrimônio líquido, sendo divididas em ordinárias e preferenciais.

3.17 Resultado por ação - básico e diluído

O resultado básico por ação é calculado dividindo o lucro ou prejuízo líquido do exercício atribuível aos acionistas da Companhia, considerando o número médio ponderado de ações no respectivo exercício. Não há instrumentos com o potencial de diluir o lucro básico por ação, nos exercícios apresentados.

3.18 Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral.

3.19 Informação por segmento

Os resultados de segmentos que são reportados ao Conselho de Administração incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis. Os itens não alocados compreendem principalmente, despesas operacionais o resultado financeiro e o imposto de renda e contribuição social

3.20 Demonstrações do valor adicionado

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

3.21 Reconhecimento de receita

A receita operacional é reconhecida quando todos os critérios a seguir são atendidos: (i) há um contrato entre a Companhia e seu cliente com diretos das partes e termos de pagamento identificados, possui substância comercial e é provável que a contraprestação será recebida pela Companhia; (ii) as obrigações de desempenho de entregar bens ou serviços estão identificadas; (iii) o preço da transação está determinado; (iv) o preço da transação a cada obrigação de desempenho identificada foi alocado corretamente; e (v) a obrigação de desempenho é satisfeita em um ponto específico do tempo (venda de bens) ou ao longo do tempo (prestação de serviços).

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros.

10.6 Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia, indicando:

a. Os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos

Em 31 de dezembro de 2021, em virtude da desativação de um dos segmentos operacionais da Companhia o “Teleporto”, foi encerrado o contrato junto a SES, provedor do satélite. O contrato era com vencimento em 2024, porem uma cláusula previa que ambas as partes poderiam rescindir em 31.12.2021, sem prejuízo para nenhuma das partes. Com o encerramento deste contrato baixamos os valores reconhecidos como arrendamento. A companhia não tem até a data desta demonstração nenhum contrato passível de registro em Arrendamento mercantil.

A movimentação do arrendamento por direito de uso está demonstrada a seguir:

Contas contábeis	31.12.2021	31.12.2020
Bens de direito de uso - Ativo imobilizado	-	2.508
Depreciação Acumulada - Ativo imobilizado	-	(1.253)
Arrendamento - Passivo não circulante	-	(1.347)

ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

A Companhia não possui carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais mantenha riscos e responsabilidades.

iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Não há itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

iv. contratos de construção não terminada

A companhia não possui contratos de construção não evidenciados nas demonstrações financeiras.

v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não há qualquer transação não contabilizada no balanço da Companhia referente aos 3 últimos exercícios sociais.

b. Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não existem itens relevantes que não estão evidenciados nas demonstrações financeiras dos 3 últimos exercícios.

10.7 Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.8, os diretores devem comentar:

a. Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

b. Natureza e o propósito da operação

c. Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não há quaisquer outros itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, que sejam evidenciados nas demonstrações financeiras.

10.08 Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Não há investimentos em andamento

ii. fontes de financiamento dos investimentos

O Conselho de Administração da Companhia reuniu-se em 30 de outubro de 2020 para celebrar a 80ª Reunião do Conselho de Administração, cuja pauta foi aprovar a venda do imóvel situado à Avenida Dom Pedro II, 1720 na Cidade de Quatro Barras - Paraná, perfazendo uma área de 15.000 mil metros

quadrados, objeto da matrícula 04.414, expedida pelo Registros de Imóveis - Comarca Campina Grande do Sul - Paraná. A avaliação do imóvel foi realizada por empresa especializada e terceirizada, e, indicou valor próximo ao registrado contabilmente, deduzidas as despesas de venda. Existe uma negociação em curso e a intenção da administração, é concluir a operação de venda à parte interessada até o fim do segundo trimestre de 2021.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia desativou um de seus segmentos operacionais o “Teleporto”. A representatividade deste segmento no total da receita da companhia era de 14%, conforme demonstrado abaixo.

Segmento	31.12.2021	
	Receita Líquida	%
Fábrica Acadêmico	7.176	64%
Fábrica Corporativo	759	7%
Acervo/Sistemas	1.642	15%
Teleporto	1.618	14%
	11.194	100%

b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não a qualquer projeto relacionado ao desenvolvimento de novos produtos que tenha sido divulgado.

c. Novos produtos e serviços, indicando:

- (i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas;
- (ii) montantes totais gastos pelo emissor em pesquisa para desenvolvimento de novos produtos ou serviços;
- (iii) projetos em desenvolvimento divulgados; e
- (iv) montantes totais gastos pela companhia no desenvolvimento de novos produtos e serviços

A Companhia não divulgou ou explicitou ao mercado indicações de novos produtos e serviços que por ventura venham a influenciar a sua capacidade produtiva.

10.09 Comentários sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção:

Nenhum outro fator influenciou de maneira relevante o desempenho operacional da Companhia que não tenha sido comentado e/ou identificado neste documento.

**Proposta de Destinação do Lucro Líquido
(Anexo 9-1-II da Instrução CVM nº 481/2009)**

A Lei das Sociedades por Ações estabelece que anualmente haja uma Assembleia Geral Ordinária para decidir a respeito da destinação do lucro líquido do exercício social encerrado.

Os valores referentes a Destinação do Lucro (prejuízo) Líquido da Companhia são apresentados em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

A Administração da Companhia disponibiliza, abaixo, as informações exigidas pelo Anexo 9-1-II à Instrução CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2010:

1. Informar o lucro líquido do exercício (prejuízo):

O prejuízo líquido do exercício de 2021 da Companhia foi de R\$ 4.818 mil.

2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

Não houve proposta de pagamento de dividendos em relação ao resultado nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, em razão do prejuízo fiscal aferido.

3. Percentual do lucro líquido do exercício distribuído com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores:

Não houve qualquer antecipação de dividendos ou a declaração de juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores.

4. Informar o montante global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores:

Não houve qualquer distribuição de dividendos ou declaração de juros sobre capital próprio com base em lucro de exercícios anteriores.

5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

- a. O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe
- b. A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio
- c. Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio
- d. Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento

Não houve qualquer distribuição de dividendos ou declaração de juros sobre capital próprio.

6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores:

- a. Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados
- b. Informar a data dos respectivos pagamentos

Não aplicável. Não houve qualquer antecipação de dividendos ou a declaração de juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores.

7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

a. Lucro líquido (prejuízo) do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores

	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2019
Lucro (prejuízo) do período	(4.818)	233	(10.863)
Quantidade de ações ao final do período (em milhares)	11.131	7.789	7.789
Lucro (prejuízo) por ação no final do período	(0,4328)	0,0299	(1,3947)

	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2019
Lucro (prejuízo) atribuível a detentores de ações ordinárias			
Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação	(4.623)	220	(10.235)
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias (em milhares)	10.680	7.339	7.339
Lucro (prejuízo) básico e diluído por lote de mil ações em R\$	(432,8594)	29,9114	(1,3946)
Lucro (prejuízo) atribuível a detentores de ações preferenciais			
Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação	(195)	13	(628)
Média ponderada da quantidade de ações preferenciais (em milhares)	450	450	450
Lucro (prejuízo) básico e diluído por lote de mil ações em R\$	(433,47)	29,96	(1,3956)

b. Dividendo e juros sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores

Não houve qualquer distribuição de dividendos ou declaração de juros sobre capital próprio.

8. Havendo destinação de lucros à reserva legal:

- Identificar o montante destinado à reserva legal
- Detalhar a forma de cálculo da reserva legal

Em função dos resultados apurados nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, a Companhia não constituiu reserva legal.

9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos:

- Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos
- Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos
- Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa
- Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais
- Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada Classe

a. *Conforme art 6º do Estatuto Social, a Companhia poderá emitir ações preferenciais, com ou sem direito a voto, consistindo a preferência: a) na prioridade no reembolso do capital, sem prêmio no caso de Liquidação da Companhia; b) no direito a percepção de dividendos no mínimo 10% (dez por cento) maiores do que os atribuídos às ações ordinárias.*

b. *Não houve pagamento de dividendos mínimos, em razão do prejuízo operacional nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019.*

c. *Conforme art 24 – Parágrafo Único do Estatuto Social, os dividendos serão pagos no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da data de sua declaração, ressalvada a hipótese de deliberação em contrário,*

da Assembleia Geral. Em qualquer caso, o pagamento deverá ser efetuado dentro do exercício em que o dividendo for declarado.

d. Não houve pagamento de dividendos mínimos, em razão do prejuízo operacional nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019.

e. Não houve pagamento de dividendos mínimos, em razão do prejuízo operacional nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019.

10. Em relação ao dividendo obrigatório:

- a.** Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto
- b.** Informar se ele está sendo pago integralmente
- c.** Informar o montante eventualmente retido

a. De acordo com o Estatuto Social da Companhia o pagamento de dividendos obrigatórios aos acionistas, de no mínimo 25 % (vinte e cinco por cento), calculados sobre o lucro líquido ajustado nos termos do Art. 202 da Lei 6404/76.

b. Não há dividendos distribuídos, em razão do prejuízo operacional nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019.

c. Não aplicável.

11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia:

- a.** Informar o montante da retenção
- b.** Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos
- c.** Justificar a retenção dos dividendos

Em função do prejuízo operacional nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019 a Companhia não constituiu dividendos obrigatórios.

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências:

- a.** Identificar o montante destinado à reserva
- b.** Identificar a perda considerada provável e sua causa
- c.** Explicar porque a perda foi considerada provável
- d.** Justificar a constituição da reserva

Em função do prejuízo operacional nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019 a Companhia não constituiu dividendos obrigatórios.

13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar:

- a.** Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar
- b.** Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva

Em função do prejuízo operacional nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019 a Companhia não constituiu dividendos obrigatórios.

14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias:

- a.** Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva
- b.** Identificar o montante destinado à reserva
- c.** Descrever como o montante foi calculado

- a. **Artigo 22** - O exercício social coincidirá com o ano civil. **Artigo 23** - Ao final de cada exercício social, a Diretoria fará proceder o levantamento de um balanço geral patrimonial e gerará as demonstrações contábeis e financeiras para, de acordo com a legislação vigente, apurar e demonstrar, mediante procedimentos baseados nos critérios de avaliação e classificação dos elementos patrimoniais e de resultados, o resultado do exercício, o lucro ou o prejuízo acumulado e evidenciar o estado do patrimônio da Companhia, os quais serão submetidos ao Conselho de Administração e à deliberação da Assembleia Geral, juntamente com a proposta de destinação do lucro do exercício. **Artigo 24** - O lucro do exercício terá a seguinte destinação: a) 5% (cinco por cento) para a formação do fundo de reserva legal, até atingir 20 % (vinte por cento) do Capital Social integralizado; b) pagamento de os obrigatórios aos acionistas, de no mínimo 50% (cinquenta por cento), calculados sobre o lucro líquido ajustado nos termos do Art. 202 da Lei 6404 / 76; c) o saldo terá a destinação que lhe der a Assembleia Geral.
- b. Não aplicável.
- c. Não aplicável.

15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital:

- a. Identificar o montante da retenção
- b. Fornecer cópia do orçamento de capital

Em função do prejuízo operacional nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, não há informação para os itens 15 acima.

16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais:

- a. Informar o montante destinado à reserva

Em função do prejuízo operacional nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, não há informação para os itens 16 acima.

* * * *

ANEXO III

PROPOSTA DE REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

Senhores Acionistas:

Em atenção ao disposto na Instrução nº 481 da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) de 17 de dezembro de 2009, apresentamos a seguir:

- 1. A proposta de remuneração dos administradores e dos membros do Conselho de Administração da Dtcom Direct to Company S/A. (“Companhia”), a ser deliberada em Assembleia Geral Ordinária da Companhia a ser realizada no dia 29 de abril de 2022:**

I – Valor global destinado à remuneração dos administradores

Para o exercício de 2022, a Companhia propõe o montante global de até R\$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil de reais) para a remuneração dos administradores da Companhia, sujeita à aprovação de nossos acionistas em Assembleia Geral a ser realizada em 29.04.2022.

Os membros do Conselho de Administração não possuem remuneração de qualquer natureza.

A Companhia não possui Conselho Fiscal instalado.

II – Proposta dos valores a serem destinados por órgão da administração

A remuneração dos diretores estatutários é composta por uma remuneração fixa, que reflete a responsabilidade do cargo ocupado e uma remuneração variável, atrelada às metas estabelecidas pelo Conselho de Administração.

Os componentes da remuneração dos membros da diretoria da Companhia e a proporção de cada elemento na remuneração total estão descritos a seguir:

Pró-labore: remuneração nominal, parte fixa da remuneração, tem o objetivo de atrair e reter profissionais qualificados e diferenciados no mercado. Constantemente a Companhia realiza pesquisa para averiguar a compatibilidade dos seus padrões de remuneração com as práticas de mercado;

Gratificação: é diretamente relacionado ao resultado anual obtido pela Companhia, de acordo com o orçamento e os respectivos indicadores previamente aprovados, dentro do montante global fixado anualmente pela Assembleia, como objetivo recompensar o resultado do ano quando as metas estipuladas para o período são alcançadas, esta política tem o objetivo de alinhar os interesses dos executivos e da Companhia e;

Benefícios: Os Diretores também fazem jus aos benefícios oferecidos pela Companhia a todos os seus demais integrantes, como assistência médica, odontológica e alimentação. Tais benefícios complementam o pacote de remuneração dos mesmos, compondo a remuneração total recebida.

ANEXO IV

REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES 2022 (Formulário de Referência – Item 13)

Os valores referentes a Remuneração dos Diretores são apresentados em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

13. Remuneração dos Administradores:

13.1 Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

a. Objetivos da política ou prática de remuneração

A remuneração dos administradores é um dos pontos focais da Companhia, pois devem alinhar as expectativas dos executivos com a visão dos acionistas no curto e longo prazo. Para isto a Companhia busca adotar melhores práticas de remuneração visando atrair e reter profissionais extremamente qualificados para agregar valor ao negócio.

A estrutura de remuneração é anualmente discutida e aprovada pela Assembleia Geral de Acionistas, momento onde é analisado o momento do mercado executivo, os desafios da Companhia, além dos modelos mais adequados de remuneração.

Atualmente a política de remuneração dos administradores destina-se aos Diretores Estatutários e leva em consideração o grau de responsabilidades e práticas de mercado. Toda remuneração pelos serviços prestados é realizada única e exclusivamente pela própria Companhia.

No aspecto da política de remuneração, esta adota um sistema competitivo e transparente para todos os seus integrantes e tem como objetivo promover o engajamento dos profissionais aos desafios da Companhia, garantindo e possibilitando oportunidades de desenvolvimento, o equilíbrio entre as metas da organização, a estratégia de nossos negócios e as práticas do mercado.

Adotando o conceito de remuneração estratégica, o objetivo da política é a retenção de profissionais altamente qualificados na execução das suas atividades, estimulando o desenvolvimento profissional e consequentemente a geração de resultados concretos à Companhia.

No intuito de não desvirtuar os objetivos da política de remuneração os Acionistas da Companhia, através da Assembleia Geral, estão constantemente revisando a política de remuneração dos diretores, acompanhando as boas práticas de mercado e estimulando maior engajamento.

b. Composição da remuneração

A remuneração adotada, bem como as indicações de eventuais benefícios recebidos pelos nossos Administradores é aprovada pelo nosso Conselho de Administração.

i. Descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

Conselho de Administração:

Os membros do Conselho de Administração não possuem remuneração de qualquer natureza.

Diretoria Estatutária:

Os membros da Diretoria Estatutária da Companhia recebem honorários de acordo com suas responsabilidades, o tempo dedicado às suas funções, sua competência e reputação profissional e o valor dos seus serviços no mercado.

A remuneração dos diretores estatutários é composta por uma remuneração fixa e gratificação que reflete a responsabilidade do cargo ocupado e uma remuneração variável, atrelada às metas estabelecidas pelo Conselho de Administração.

Os componentes da remuneração dos membros da diretoria da Companhia e a proporção de cada elemento na remuneração total estão descritos a seguir:

Pró-labore: remuneração nominal, parte fixa da remuneração, tem o objetivo de atrair e reter profissionais qualificados e diferenciados no mercado. Constantemente a Companhia realiza pesquisa para averiguar a compatibilidade dos seus padrões de remuneração com as práticas de mercado;

Gratificação: é diretamente relacionado ao resultado anual obtido pela Companhia, de acordo com os orçamentos e os respectivos indicadores previamente aprovados, dentro do montante global fixado anualmente pela Assembleia, como objetivo recompensar o resultado do ano quando as metas estipuladas para o período são alcançadas, esta política tem o objetivo de alinhar os interesses dos executivos e da Companhia e;

Benefícios: Os Diretores também fazem jus aos benefícios oferecidos pela Companhia a todos os seus demais integrantes, como assistência médica, odontológica e alimentação. Tais benefícios complementam o pacote de remuneração dos mesmos, compondo a remuneração total recebida.

Conselho Fiscal:

A Companhia não possui Conselho Fiscal instalado.

ii. Proporção de cada elemento na remuneração total:

Não há percentual pré-estabelecido para cada elemento na remuneração total, a representatividade de uma determinada natureza de remuneração decorre dos resultados apresentados e, consequentemente, das contrapartidas inerentes aos mesmos.

Remuneração Diretoria		
2021	2020	2019
1.160	896	357

* A Companhia não possui Conselho Fiscal instalado

* Os membros do Conselho de Administração não possuem remuneração de qualquer natureza.

iii. Metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração:

Não há metodologia específica de cálculo da remuneração. O reajuste da remuneração dos Administradores se dá após a sua comparação com o mercado, quando fazemos pesquisas para avaliar a necessidade de eventual reajuste.

A remuneração da Diretoria é reavaliada anualmente, sendo submetida à aprovação da Assembleia Geral dos Acionistas.

iv. Razões que justificam a composição da remuneração:

A estratégia de remuneração da Dcom visa assegurar o alinhamento dos seus objetivos à produtividade e eficácia dos funcionários, mantendo o equilíbrio interno e a competitividade em relação ao mercado, através de uma remuneração atrativa e de acordo com as responsabilidades inerentes aos respectivos cargos.

c. Principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração:

A remuneração pelo salário-base e benefícios não estão relacionados a indicadores, pois seguem práticas de mercado, neste caso são analisadas variáveis como complexidade e responsabilidade da

função, perfil do profissional, qualidade de vida, salário médio de mercado considerando as características e porte da Companhia.

No caso das gratificações, o intuito é promover o engajamento e dedicação do profissional para geração de resultados, portanto, normalmente estão atreladas ao desempenho econômico da Companhia, como Receita e Ebitda.

d. Como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho:

A Companhia faz periodicamente uma análise da remuneração praticada no mercado, para validar a remuneração paga aos seus diretores.

Para o requisito da evolução dos indicadores, a Companhia utiliza-se da remuneração variável para tal, ao passo que tais indicadores são alcançados e superados, os executivos percebem bonificação em razão destas conquistas.

A análise dos indicadores é discutida periodicamente com o Conselho de Administração, principalmente no intuito de identificar possíveis obstáculos e respectivas estratégias para atingi-los.

A estrutura adotada visa estimular o desempenho dos gestores, portanto, as metas são discutidas em conjunto com o Conselho de Administração, o qual julga o contexto de mercado, as vantagens competitivas do negócio, a estrutura da Companhia, entre outros elementos. A Companhia adota a dinâmica de monitoramento constante do cumprimento orçamentário, sendo discutido junto ao Conselho as dificuldades e oportunidades que são enfrentadas para atingimento das metas, momento onde são ajustados os desafios e definidas estratégias de atuação.

Há uma preocupação na definição de metas plausíveis e factíveis, justamente para não ocorrer inversão do objetivo da política de remuneração.

e. Como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo:

A remuneração fixa segue padrões de mercado e procura estabelecer salários competitivos que permitam atrair, reter e motivar os administradores, a fim de que a Companhia possa cumprir seus objetivos estratégicos a curto, médio e longo prazo.

No curto prazo a Companhia preocupa-se em estabelecer níveis de remuneração compatíveis ao mercado e que atendam as expectativas imediatas de seus administradores, da mesma forma que oferece plano de benefícios que propiciem melhor qualidade de vida para os gestores e seus familiares.

No médio prazo, a gratificação incentiva os administradores a buscar a melhor rentabilidade dos investimentos e projetos desenvolvidos pela Companhia.

As políticas de remuneração de longo prazo serão oportunamente analisadas pelos administradores da Companhia.

f. Existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos:

A remuneração dos administradores da Companhia é suportada exclusivamente pela Companhia, não havendo valores pagos por controladores ou controladas.

g. Existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor:

Não há qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário da Companhia.

13.2 Tabela da remuneração reconhecida no resultado do último exercício social e a prevista para o exercício social corrente do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (valores expressos em milhares de reais):

Exercício Social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2019 – Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	5	4	Não há	9
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	Não há	357	Não há	357
Benefícios direto e indireto	Não há	Não há	Não há	Não há
Participações em comitês	Não há	Não há	Não há	Não há
Outros	Não há	Não há	Não há	Não há
Remuneração variável				
Bônus (Gratificação)	Não há	Não há	Não há	Não há
Participação de resultados	Não há	Não há	Não há	Não há
Participação em reuniões	Não há	Não há	Não há	Não há
Comissões	Não há	Não há	Não há	Não há
Outros	Não há	Não há	Não há	Não há
Benefícios Pós-emprego	Não há	Não há	Não há	Não há
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	Não há	Não há	Não há	Não há
Remuneração baseada em ações	Não há	Não há	Não há	Não há
Total da remuneração	Não há	357	Não há	357

Exercício Social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2020				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	5	4	Não há	9
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	Não há	896	Não há	896
Benefícios direto e indireto	Não há	Não há	Não há	Não há
Participações em comitês	Não há	Não há	Não há	Não há
Outros	Não há	Não há	Não há	Não há
Remuneração variável				
Bônus (Gratificação)	Não há	Não há	Não há	Não há
Participação de resultados	Não há	Não há	Não há	Não há
Participação em reuniões	Não há	Não há	Não há	Não há
Comissões	Não há	Não há	Não há	Não há
Outros	Não há	Não há	Não há	Não há
Benefícios Pós-emprego	Não há	Não há	Não há	Não há
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	Não há	Não há	Não há	Não há
Remuneração baseada em ações	Não há	Não há	Não há	Não há
Total da remuneração	Não há	896	Não há	896

Exercício Social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2021 – Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	5	2	Não há	7
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	Não há	710	Não há	710
Benefícios direto e indireto	Não há	Não há	Não há	Não há
Participações em comitês	Não há	Não há	Não há	Não há
Outros	Não há	Não há	Não há	Não há
Remuneração variável				
Bônus (Gratificação)	Não há	450	Não há	450
Participação de resultados	Não há	Não há	Não há	Não há
Participação em reuniões	Não há	Não há	Não há	Não há
Comissões	Não há	Não há	Não há	Não há
Outros	Não há	Não há	Não há	Não há
Benefícios Pós-emprego	Não há	Não há	Não há	Não há
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	Não há	Não há	Não há	Não há
Remuneração baseada em ações	Não há	Não há	Não há	Não há
Total da remuneração	Não há	1.160	Não há	1.160

Notas: Os membros do Conselho de Administração não recebem honorários mensais.

A Companhia não possui Conselho Fiscal instalado.

Exercício Social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2022 (estimado) – Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	5	3	Não há	8
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	Não há	800.000	Não há	800.000
Benefícios direto e indireto	Não há	Não há	Não há	Não há
Participações em comitês	Não há	Não há	Não há	Não há
Outros	Não há	Não há	Não há	Não há
Remuneração variável				
Bônus (Gratificação)	Não há	400.000	Não há	400.000
Participação de resultados	Não há	Não há	Não há	Não há
Participação em reuniões	Não há	Não há	Não há	Não há
Comissões	Não há	Não há	Não há	Não há
Outros	Não há	Não há	Não há	Não há
Benefícios Pós-emprego	Não há	Não há	Não há	Não há
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	Não há	Não há	Não há	Não há
Remuneração baseada em ações	Não há	Não há	Não há	Não há
Total da remuneração	Não há	1.200.000	Não há	1.200.000

Notas: Os membros do Conselho de Administração não recebem honorários mensais.

A Companhia não possui Conselho Fiscal instalado.

13.3 Tabela da remuneração variável reconhecida no resultado do último exercício social e a prevista para o exercício social corrente do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal:

Diretoria Estatutária	2019	2020	2021
Número de membros	4	4	2
Bônus (Gratificação) :			
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/D	N/D	N/D
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/D	N/D	N/D
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	N/D	N/D	N/D
Valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais	N/D	N/D	450
Em relação à participação no resultado:			
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/D	N/D	N/D
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/D	N/D	N/D
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	N/D	N/D	N/D
Valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais	N/D	N/D	N/D

Com relação aos membros do Conselho de Administração, estes representam o grupo de acionistas controladores da Companhia. O Conselho de Administração é composto por empresários de sucesso, com vasta experiência em gestão de empresas e contribuem ativamente para o sucesso e perenidade do negócio. Neste contexto não há remuneração variável para os membros do Conselho de Administração.

Como já explicitado acima, em razão da estrutura da Companhia, o Conselho de Administração assume as funções do Conselho Fiscal, não sendo este constituído de fato.

13.4 Plano de remuneração baseado em ações do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente:

- a. termos e condições gerais
- b. principais objetivos do plano
- c. forma como o plano contribui para esses objetivos
- d. como o plano se insere na política de remuneração do emissor
- e. como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo
- f. número máximo de ações abrangidas
- g. número máximo de opções a serem outorgadas
- h. condições de aquisição de ações
- i. critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício
- j. critérios para fixação do prazo de exercício
- k. forma de liquidação
- l. restrições à transferência das ações
- m. critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano
- n. efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos plano de remuneração baseado em ações

A remuneração baseada em ações é uma estratégia de alinhamento dos interesses dos administradores aos interesses dos acionistas no longo prazo. A Companhia entende que deve incorporar esse tipo de remuneração estratégica principalmente ao conjunto de remuneração percebido pelos diretores, contudo, até o presente momento não houve estudo a respeito.

13.5 Informar a quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidas pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária ou do Conselho Fiscal, agrupadas por órgão, na data de encerramento do último exercício social:

ACIONISTAS	POSIÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019					
	AÇÕES ON		AÇÕES PN		TOTAL DE AÇÕES	
	#	PARTIC.	#	PARTIC.	#	PARTIC.
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	2.064.399	28,13%	112.057	24,87%	2.176.456	27,94%
DEMAIS ACIONISTAS MAJORITÁRIOS	5.088.460	69,34%	338.598	75,13%	5.427.058	69,67%
TOTAL DE AÇÕES CONTROLE	7.152.859	97,47%	450.655	100,00%	7.603.514	97,61%
DIRETORIA	-	0,00%	-	-	-	0,00%
AÇÕES EM TESOURARIA	-	0,00%	-	-	-	0,00%
CONSELHO FISCAL *	-	0,00%	-	-	-	0,00%
DEMAIS ACIONISTAS	185.897	2,53%	-	-	185.897	2,39%
TOTAL DE AÇÕES MINORITÁRIOS	185.897	2,53%	-	0,00%	185.897	2,39%
TOTAL DE AÇÕES DTCOM	7.338.756	100,00%	450.655	100,00%	7.789.411	100,00%

ACIONISTAS	POSIÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020					
	AÇÕES ON		AÇÕES PN		TOTAL DE AÇÕES	
	#	PARTIC.	#	PARTIC.	#	PARTIC.
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	1.944.611	26,50%	104.670	23,23%	2.049.281	26,31%
DEMAIS ACIONISTAS MAJORITÁRIOS	5.208.241	70,97%	345.985	76,77%	5.554.226	71,30%
TOTAL DE AÇÕES CONTROLE	7.152.852	97,47%	450.655	100,00%	7.603.507	97,61%
DIRETORIA	-	0,00%	-	-	-	0,00%
AÇÕES EM TESOURARIA	-	0,00%	-	-	-	0,00%
CONSELHO FISCAL *	-	0,00%	-	-	-	0,00%
DEMAIS ACIONISTAS	185.914	2,53%	-	-	185.914	2,39%
TOTAL DE AÇÕES MINORITÁRIOS	185.914	2,53%	-	0,00%	185.914	2,39%
TOTAL DE AÇÕES DTCOM	7.338.766	100,00%	450.655	100,00%	7.789.421	100,00%

ACIONISTAS	POSIÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021					
	AÇÕES ON		AÇÕES PN		TOTAL DE AÇÕES	
	#	PARTIC.	#	PARTIC.	#	PARTIC.
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	1.074.945	14,65%	104.670	23,23%	1.179.615	15,14%
DEMAIS ACIONISTAS MAJORITÁRIOS	9.380.023	127,81%	345.985	76,77%	9.726.008	124,86%
TOTAL DE AÇÕES CONTROLE	10.454.968	142,46%	450.655	100,00%	10.905.623	140,01%
DIRETORIA	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
AÇÕES EM TESOURARIA	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
CONSELHO FISCAL *	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
DEMAIS ACIONISTAS	225.508	3,07%	-	0,00%	225.508	2,90%
TOTAL DE AÇÕES MINORITÁRIOS	225.508	3,07%	-	0,00%	225.508	2,90%
TOTAL DE AÇÕES DTCOM	10.680.476	145,54%	450.655	100,00%	11.131.131	142,90%

* Durante os exercícios sociais de 2019, 2020 e 2021, o Conselho Fiscal da Companhia não foi instalado.

* Além das ações ordinárias e preferenciais indicadas acima, não há outros valores mobiliários de emissão da Companhia que sejam conversíveis em ações.

13.6 Em relação à remuneração baseada em ações reconhecida no resultado do último exercício social e a prevista para o exercício social corrente, do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a. órgão
- b. número de membros
- c. em relação a cada outorga de opções de compra de ações:
 - i. data de outorga
 - ii. quantidade de opções outorgadas
 - iii. prazo para que as opções se tornem exercíveis
 - iv. prazo máximo para exercício das opções
 - v. prazo de restrição à transferência das ações
 - vi. preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções:
 - em aberto no início do exercício social
 - perdas durante o exercício social

- exercidas durante o exercício social
- expiradas durante o exercício social
- d. valor justo das opções na data de outorga
- e. diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas

A Companhia informa que a sua política de remuneração da diretoria estatutária não contempla remuneração baseada em ações.

Os membros do Conselho de Administração não possuem remuneração de qualquer natureza.

13.7 Em relação às opções em aberto do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a. órgão
- b. número de membros
- c. em relação às opções ainda não exercíveis
 - i. quantidade
 - ii. data em que se tornarão exercíveis
 - iii. prazo máximo para exercício das opções
 - iv. prazo de restrição à transferência das ações
 - v. preço médio ponderado de exercício
 - vi. valor justo das opções no último dia do exercício social
- d. em relação às opções exercíveis
 - i. quantidade
 - ii. prazo máximo para exercício das opções
 - iii. prazo de restrição à transferência das ações
 - iv. preço médio ponderado de exercício
 - v. valor justo das opções no último dia do exercício social
 - vi. valor justo do total das opções no último dia do exercício social

Não houve plano de Opção de Compra de Ações da Companhia nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2020 e 2021.

13.8 Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária, no último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a. órgão
- b. número de membros
- c. em relação às opções exercidas informar:
 - i. número de ações
 - ii. preço médio ponderado de exercício
 - iii. valor total da diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas
- d. em relação às ações entregues informar:
 - i. número de ações
 - ii. preço médio ponderado de aquisição
 - iii. valor total da diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas

Não foi exercida qualquer opção pelos membros do Conselho de Administração e Diretoria estatutária da Companhia nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2020 e 2021.

13.9 Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções:

- a. *modelo de precificação*
- b. *dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco*
- c. *método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado*
- d. *forma de determinação da volatilidade esperada*
- e. *se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo*

Não há informações para a compreensão dos dados mencionados, em vista desses dados não existirem.

13.10 Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do Conselho de Administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela:

- a. *órgão*
- b. *número de membros*
- c. *nome do plano*
- d. *quantidade de administradores que reúnem as condições para se]
aposentar*
- e. *condições para se aposentar antecipadamente*
- f. *valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de
previdência até o encerramento do último exercício social,
descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente
pelos administradores*
- g. *valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último
exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas
diretamente pelos administradores*
- h. *se há a possibilidade de resgate antecipado e quais as condições*

A Companhia não ofereceu planos de previdência aos seus administradores e membros do Conselho de Administração nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2020 e 2021.

13.11 Em forma de tabela, indicar, para os últimos três exercícios sociais, em relação ao Conselho de Administração, à Diretoria Estatutária e ao Conselho Fiscal (valores expressos em milhares de reais):

DIRETORIA ESTATUTÁRIA	2019 4 Membros	2020 4 Membros	2021 2 Membros
Valor da Menor Remuneração Individual	18	35	40
Valor da Maior Remuneração Individual	35	20	20
Remuneração total	357	896	1.160
Valor médio da remuneração	89	224	290

Notas: Os membros do Conselho de Administração não recebem honorários mensais.

A Companhia não possui Conselho Fiscal instalado.

13.12 Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor.

A Companhia não tem arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

13.13 Em relação ao último exercício social, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária ou do Conselho Fiscal que seja partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto:

EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE			
	2019	2020	2021
Diretoria Estatutária	100%	100%	100%

Nota: Os membros do Conselho de Administração não recebem honorários mensais.

A Companhia não possui Conselho Fiscal instalado.

13.14 Em relação ao último exercício social, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e Conselho Fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados.

Não houve pagamento de remuneração para membros do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal por qualquer razão que não a função que ocupam.

13.15 Em relação ao último exercício social, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedade sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária ou do Conselho Fiscal do emissor, agrupadas por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos.

Não há valores reconhecidos no resultado dos três últimos exercícios sociais de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas da Companhia, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal da Companhia.

13.16 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes.

Não há outras informações consideradas relevantes, até a presente data, que seja de nosso conhecimento.

* * * *

ANEXO VI

MANUAL PARA PARTICIPAÇÃO DOS ACIONISTAS DA DTCOM DIRECT TO COMPANY S.A. NA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA A SER REALIZADA EM 30 DE ABRIL DE 2021

I. Mensagem da administração

Senhores Acionistas,

É com grata satisfação que lhe dirijo o presente Manual ("Manual") para Participação em Assembleia Geral Ordinária ("AGO") da **DTCOM DIRECT TO COMPANY S.A.** ("DTCOM"), com orientações necessárias para a efetiva participação e o exercício de voto.

O presente manual contém informações e esclarecimentos aos acionistas da DTCOM para participação na AGO da Companhia, a ser realizada no dia 29 de abril de 2022, às 11:00 horas.

Estão explicitados neste documento os procedimentos detalhados de voto, bem como a data, local e matérias a serem deliberadas na Assembleia Geral Ordinária da Companhia.

Nos termos da legislação aplicável, as cópias dos documentos referentes às matérias da ordem do dia encontram-se à disposição dos Acionistas na sede e no website da Companhia (<http://dtcom.com.br>), bem como nos websites da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br) e da BM&F Bovespa S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (www.bmfbovespa.com.br), em conformidade com as disposições da Lei nº 6.404/76 e da Instrução CVM nº 481/2009.

Esperamos que o presente Manual possa contribuir para a efetiva participação dos senhores acionistas.

A área de Relações com Investidores permanece à disposição de V.Sas. para esclarecer quaisquer dúvidas ou questionamentos referentes ao material constante deste Manual.

Atenciosamente,

Leonardo Petrelli Neto

Presidente do Conselho de Administração.

Aryovaldo Mazzi Neto

Diretor Presidente

Cristiane de Fátima Fialla

Diretora Administrativa, Financeira e de Relações com Investidores

II. Convite para Assembleia Geral Ordinária

Senhores Acionistas,

A DTCOM Direct to Company S.A. convida-os a comparecer, participar e expressar suas ideias e opiniões na Assembleia Geral Ordinária da Companhia, a qual será realizada em primeira convocação, no dia 29 de abril de 2022.

Horário: 11 horas. Solicitamos que os acionistas compareçam para a Assembleia com antecedência de meia hora para os competentes procedimentos cadastrais.

Local: Av. Dom Pedro II, 1720, na cidade de Quatro Barras, no estado do Paraná – CEP 83.420-000.

Ordem do Dia: Na Assembleia Geral Ordinária serão examinadas, discutidas e votadas as seguintes matérias objeto da ordem do dia:

- IV-** Examinar, discutir e aprovar, o relatório da administração e as demonstrações financeiras, inclusive parecer dos auditores independentes, relativos ao exercício social findo em 31.12.2021;
- V-** Fixar a remuneração anual global dos administradores para o exercício de 2022;
- VI-** Deliberar sobre a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31.12.2021.

Vale notar que a proposta da administração para a Assembleia Geral Ordinária, divulgada em 29 de março de 2022 na página eletrônica da Companhia (www.dtcom.com.br), da BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ("BM&FBOVESPA") e da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") na rede mundial de computadores (*internet*), apresenta informações detalhadas sobre as matérias a serem discutidas na Assembleia Geral Ordinária.

A Companhia espera que o presente Manual seja útil aos Senhores Acionistas.

III. Assembleia Geral Ordinária

Embora todos os acionistas da Companhia possam comparecer participar, discutir e opinar, a Assembleia Geral Ordinária somente será instalada, em primeira convocação, com a presença de Acionistas que representem, no mínimo, 1/4 (um quarto) das ações com direito a voto, nos termos do art. 125 da Lei das Sociedades por Ações.

Caso a Assembleia Geral Ordinária não seja instalada em primeira convocação em razão da falta do quórum mínimo de instalação, conforme acima, será realizada uma nova convocação, com antecedência mínima de 8 (oito) dias. A Assembleia Geral Ordinária será instalada, em segunda convocação, com a presença de qualquer número de acionistas da Companhia.

Destacamos que a aprovação das matérias a serem apreciadas na Assembleia Geral Ordinária dependerá do voto afirmativo da maioria absoluta dos acionistas com direito a voto presentes, não se computando os votos em branco, conforme art. 129 da Lei das Sociedades por Ações.

IV. Edital de Convocação

O Edital de Convocação da Assembleia Geral Ordinária será publicado por 3 (três) vezes, nas edições de 08, 11 e 12 de abril de 2022 no Jornal Indústria & Comércio.

V. Orientações sobre as matérias que serão deliberadas na Assembleia Geral Ordinária

Apresentamos informações sobre as matérias que serão deliberadas na Assembleia Geral Ordinária, incluindo a respectiva proposta da administração.

(I) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31.12.2021.

Para deliberar sobre este item, a Companhia disponibilizou para seus Acionistas o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas e o Parecer dos auditores independentes da Companhia, Mazars Auditores Independentes, que em conjunto refletem os resultados da Companhia ao final do ano de 2021, bem como os principais fatos ocorridos no período.

Tais documentos foram divulgados em 29 de março de 2022 na página eletrônica da Companhia (www.dtcom.com.br), da BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ("BM&FBOVESPA") e da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") na rede mundial de computadores (*internet*).

Neste sentido, a administração da Companhia propõe que seus Acionistas avaliem os documentos disponíveis sobre a matéria e, após atenta consideração, aprovem as contas dos administradores e as Demonstrações Financeiras da Companhia, todas relativas ao exercício social encerrado em 31.12.2021, tal como publicadas pela Companhia.

(II) Fixar a remuneração dos administradores para 2022

Para o exercício de 2022, a Companhia alterou a remuneração anual global dos Administradores que vem sendo aplicada de R\$ R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) para R\$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais), conforme divulgado na Proposta de Administração no item 13 – Remuneração dos Administradores.

(III) Aprovar a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31.12.2021.

Não houve proposta de pagamento de dividendos em relação ao resultado nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, em razão do prejuízo fiscal aferido.

VI. Orientações para Participação na Assembleia

Como a Assembleia Geral Ordinária discutirá temas sensíveis aos interesses da Companhia e de V. Sas., apenas as pessoas que comprovarem sua qualidade de acionistas ou de representantes de acionistas, na forma da legislação aplicável, poderão comparecer e participar da assembleia, consoante o disposto no art. 126 da Lei das Sociedades por Ações.

A comprovação da qualidade de acionista será realizada pela apresentação dos originais ou de cópias autenticadas dos seguintes documentos: (1) documento hábil de identidade do acionista ou de seu representante; (2) comprovante expedido pela instituição financeira depositária das ações escriturais de sua titularidade (com no máximo 5 (cinco) dias da data marcada para a realização da Assembleia Geral) ou em custódia; e (3) na hipótese de representação do acionista, procuração com firma reconhecida e outorgada há menos de 1 (um) ano para procurador que seja acionista ou administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira, cabendo ao administrador de fundos de investimento representar os condôminos, nos termos do art. 126, § 1.º, da Lei das Sociedades por Ações.

Como documento de identidade, a Companhia aceitará a Carteira de Identidade Registro Geral (RG), a Carteira Nacional de Habilitação (CNH), passaporte, carteiras de identidade expedidas pelos conselhos profissionais e carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública, desde que contenham foto de seu titular.

O representante do acionista pessoa jurídica deverá apresentar cópia autenticada dos seguintes documentos, devidamente registrados no órgão competente (Registro Civil de Pessoas Jurídicas ou Junta Comercial, conforme o caso): (1) contrato ou estatuto social; e (2) ato societário de eleição do

administrador que (a) comparecer à assembleia geral como representante da pessoa jurídica, ou (b) outorgar procuração para que o terceiro procurador represente o acionista pessoa jurídica na Assembleia Geral.

Os documentos dos acionistas expedidos no exterior devem ser notariados por Tabelião Público, legalizados em Consulado Brasileiro, traduzidos por tradutor juramentado matriculado na Junta Comercial, e registrados no Registro de Títulos e Documentos, nos termos da legislação em vigor.

Para fins de melhor organização da Assembleia Geral Ordinária, a Companhia recomenda o depósito na sede social, aos cuidados do setor de Relações com Investidores, com antecedência de 24 (vinte e quatro) horas contadas da data da realização da assembleia, de cópia simples dos documentos acima referidos. Cópia da documentação poderá ser encaminhada para os e-mails ri@dtcom.com.br, cristiane@dtcom.com.br, ou por correio para o endereço da Companhia Av. Dom Pedro II, 1720, na cidade de Quatro Barras, no estado do Paraná – CEP 83.420-000 aos cuidados do setor de Relação com Investidores.

Ressalta-se que os acionistas poderão participar da Assembleia Geral Ordinária ainda que não realizem o depósito prévio acima referido, bastando apresentarem tais documentos na abertura da Assembleia Geral, conforme o disposto no § 2º do art. 5º da Instrução CVM n.º 481, de 17 de dezembro de 2009 (“ICVM 481/09”).

VII. Acionista Representado por Procurador

Com a finalidade de ampliar a participação dos acionistas nas assembleias gerais, a legislação em vigor disciplina a participação do acionista por meio de um procurador. Nesse sentido, conforme previsto no §1º do art. 126 da Lei das Sociedades por Ações, V. Sas. podem ser representados nas assembleia gerais da Companhia por procurador constituído há menos de 1 (um) ano, que seja acionista ou administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira ou administrador de fundos de investimento que represente os condôminos.

Logrando facilitar a participação de V. Sas. por meio de procuração, a Companhia coloca à disposição de V. Sas. um modelo de procuração que poderá ser utilizado para outorga de poderes específicos e especiais para o comparecimento, participação e voto em nome e por conta de V. Sas., o qual integra o presente Manual na forma do Anexo I.

O modelo de procuração anexo ao presente Manual tem como objetivo facilitar a outorga de procuração por V.Sas. e fomentar o exercício dos direitos de voto dos senhores acionistas na Assembleia Geral Ordinária. Neste sentido, o modelo aqui contido não é, nem deve ser entendido como, um pedido público de procuração realizado pela administração, conforme disciplinado pela legislação vigente.

O Acionista representado por procuração deverá seguir os seguintes procedimentos:

Os documentos necessários são os seguintes:

Instrumento de mandato (procuração) com poderes especiais para representação na Assembleia Geral da DTCOM, com reconhecimento de firma do outorgante (acionista);

Estatuto Social ou Contrato Social e instrumento de eleição/designação dos administradores no caso de o outorgante ser pessoa jurídica; e

Comprovante de titularidade das ações de emissão da Companhia, expedido pela instituição depositária e/ou custodiante.

Prazo: até 24h de antecedência.

Lembramos que a solicitação de entrega prévia da Procuração tem por objetivo facilitar os trabalhos de preparação da Assembleia, não representando qualquer óbice à sua participação.

Local: Avenida Dom Pedro II, nº 1720, Quatro Barras, Paraná - CEP 83420-000 - A/C.: setor de Relações com Investidores.

VIII. Participação por Voto a Distância

Conforme previsto nos Arts.21-A e seguintes da Instrução CVM 481/2009, os acionistas da Companhia poderão encaminhar, a partir desta data, suas instruções de voto em relação às matérias objeto das Assembleias mediante o preenchimento e envio dos boletins de voto a distância (“Boletins”), que consta do Anexo I e II a este Manual. Os Boletins são documentos cuja forma reflete o Anexo 21-F da Instrução CVM 481/2009, que reúne todas as propostas de deliberação incluídas na ordem do dia da Assembleia.

Os Boletins deverão:

- Ser acessados, para impressão e preenchimento prévios, na aba investidores, “Assembleia”, “boletim voto a distância” localizados na primeira página do site da Companhia(www.dtcom.com.br), bem como no site da CVM; e

- serem recebidos no prazo de até 7 (sete) dias antes da data das Assembleias, ou seja, até 22.04.2022. Eventuais boletins de voto recebidos após esta data serão desconsiderados.

O acionista que optar por exercer o seu direito de voto por meio dos Boletins deverá fazê-lo por uma das seguintes opções:

a) por instruções de preenchimento transmitidas ao escriturador da Companhia; ou

b) mediante encaminhamento do Boletim diretamente à Companhia.

Encerrado o prazo de votação a distância, ou seja, a partir de 22.04.2022, o acionista não poderá alterar as instruções de voto já enviadas, salvo nas Assembleias, presencialmente ou por meio de procurador regularmente constituído, mediante solicitação específica de desconsideração das instruções de voto enviadas via Boletim, antes da colocação da(s) respectiva(s) matéria(s) em votação.

Por instruções de preenchimento transmitidas ao escriturador da Companhia

Essa opção destina-se, aos acionistas detentores de ações escrituradas pelo Bradesco:

O acionista titular de ações que não estejam depositadas em depositário central –i.e., junto à B3– e que optar por exercer o seu direito de voto a distância por intermédio do prestador de serviço de escrituração das ações de emissão da Companhia, o Bradesco, deverá comparecer a qualquer Agências Bradesco em até 7 dias antes da data das Assembleias, durante o horário de expediente bancário local, munido do Boletim preenchido, rubricado e assinado, bem como dos documentos constantes na tabela abaixo, para que as informações constantes no Boletim sejam transferidas para os sistemas do Bradesco.

DOCUMENTOS	PESSOA FÍSICA	PESSOA JURÍDICA	FUNDO DE INVESTIMENTO
Identidade com foto do acionista ou de seu representante legal ¹	X	X	X
Contrato Social ou Estatuto Social consolidado e atualizado ²	N/D	X	X
Documento que comprove os poderes de representação ²	N/D	X	X
Regulamento do fundo consolidado e atualizado	N/D	N/D	X

1. Serão aceitos: RG, RNE, CNH, Passaporte e carteira de registro profissional.

2. Para fundos de investimento, documentos do gestor e/ou administrador, observada a política de voto.

Nos termos do Art.21-B da Instrução CVM 481/2009, o acionista deverá transmitir as instruções de preenchimento do Boletim ao agente escriturador em até 7 (sete) dias antes da data de realização das Assembleias, ou seja, até 22.04.2022.

Em caso de dúvidas, os acionistas poderão entrar em contato com o Bradesco, por meio dos seguintes canais:

TEL: 0800 701 1616 e-mail: 4010.acecustodia@bradesco.com.br

O Bradesco informa que os dados acima foram inseridos apenas para que o acionista possua um canal para esclarecer eventuais dúvidas relativas ao envio do boletim ao agente escriturador. Entretanto, o Bradesco não aceitará o recebimento de Boletins por meio de envio eletrônico, sendo certo que só serão considerados os boletins que forem apresentados através de qualquer agência Bradesco, nos termos e condições especificados neste Manual.

Mediante encaminhamento do Boletim Diretamente à Companhia

Os acionistas poderão ainda, alternativamente aos procedimentos descritos nos itens acima, enviar seus Boletins diretamente à Companhia.

Para tanto, os acionistas deverão imprimir o Boletim (que consta do Anexos II ao presente Manual), preenchê-lo, rubricar todas as páginas, assiná-lo, observado que a Companhia não exige o reconhecimento de firma dos Boletins emitidos no território brasileiro nem a notariação daqueles emitidos fora do País.

Na sequência, os acionistas deverão enviar o Boletim, devidamente preenchido, rubricado e, assinado, conforme aplicável, para o seguinte endereço postal:

DTCOM DIRECT TO COMPANY S/A – AVENIDA DOM PEDRO II, 1720 – CEP 83420-000 – QUATRO BARRAS – PARANÁ - BRASIL, aos cuidados da Diretoria de Relações com Investidores, juntamente com a cópia dos documentos descritos abaixo:

Pessoas físicas: documento de identidade válido com foto do acionista¹. Poderão ser apresentados os seguintes documentos: (a) Carteira de Identidade de Registro Geral (RG); (b) Carteira de Identidade de Registro de Estrangeiro (RNE); (c) Passaporte; (d) Carteira de Órgão de Classe como identidade civil para os fins legais (ex. OAB, CRM, CRC, CREA); ou (e) Carteira Nacional de Habilitação (CNH).

Pessoas jurídicas: documentos comprobatórios de representação, incluindo os atos constitutivos e a ata de eleição dos administradores, e, no caso de fundo de investimento, cópia (a) do regulamento do fundo em vigor; (b) do estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, e (c) da ata de eleição dos respectivos administradores. Caso tais documentos estejam em língua estrangeira, deverão ser vertidos para o português por tradutor juramentado, não sendo necessária a notariação e a consularização dos mesmos.

1 documento de identidade válido com foto do representante legal.

Poderão ser apresentados os seguintes documentos: (a) Carteira de Identidade de Registro Geral (RG) ou de Registro de Estrangeiro (RNE); (b) Passaporte; (c) Carteira de Órgão de Classe como identidade civil para os fins legais (ex. OAB, CRM, CRC, CREA); ou (d) Carteira Nacional de Habilitação (CNH). O acionista poderá também, se preferir, antecipar o encaminhamento dos documentos à Companhia, enviando as vias digitalizadas dos Boletins e dos documentos acima referidos para o endereço eletrônico ri@dtcom.com.br, cristiane@dtcom.com.br.

De qualquer modo, é indispensável que a Companhia receba a via original (física) do Boletim e a cópia dos demais documentos encaminhados anteriormente por e-mail pelo acionista, no prazo de 7 (sete) dias antes da data das Assembleias, isto é, até o dia 22.04.2022, no endereço mencionado acima.

Em até 3 (três) dias do recebimento dos referidos documentos, a Companhia informará ao acionista, por meio do endereço eletrônico indicado no item 2.1 do Boletim, acerca de seu recebimento e de sua aceitação. Caso o Boletim não esteja regularmente preenchido ou acompanhado dos documentos comprobatórios acima descritos, este será desconsiderado e tal fato será informado ao acionista por meio de comunicado digital enviado para o endereço eletrônico indicado no Boletim de voto a distância, que indicará a necessidade de reenvio do Boletim ou dos documentos que o acompanham (desde que haja tempo hábil), descrevendo os procedimentos e prazos necessários à regularização do voto a distância.

Durante o prazo de votação, o acionista poderá enviar nova instrução de voto à Companhia, caso entenda necessário, de modo que será considerada no mapa de votação da Companhia a última instrução de voto apresentada.

Caso haja divergências entre o Boletim recebido diretamente pela Companhia e a instrução de voto contida no mapa de votação proveniente do escriturador para um mesmo número de CPF ou CNPJ, a instrução de voto do escriturador prevalecerá, de acordo com as disposições do artigo 21-W, §2º da Instrução CVM 481/09.

A Dtcom ressalta que:

- 1 - não serão considerados para fins de cômputo dos votos os Boletins enviados por acionistas que não sejam elegíveis para votar nas Assembleias ou na respectiva deliberação;
- 2 - para fins de cômputo dos votos serão consideradas apenas as ações de titularidade de cada acionista na data de realização das Assembleias independente da data de envio do respectivo Boletim, sendo que caso o acionista aliene ações entre a data de envio do respectivo Boletim e a data de realização das Assembleias, os votos relacionados às ações alienadas serão desconsiderados;
- 3 - a instrução de voto proveniente de determinado CPF ou CNPJ será atribuída a todas as ações detidas por aquele CPF ou CNPJ, de acordo com as posições acionárias fornecidas pelo escriturador, na data das Assembleias.

Anexo VII

I. Modelo de Procuração em que é estabelecida a orientação de voto a ser seguida pelo procurador do Acionista:

PROCURAÇÃO

[ACIONISTA], [QUALIFICAÇÃO] ("Outorgante"), nomeia e constitui como seu(s) procurador(es) o(s) Sr(s). [NOME], [NACIONALIDADE], [ESTADO CIVIL], [PROFISSÃO], com Carteira de Identidade RG nº [], inscrito no CPF/MF sob o nº [], residente e domiciliado na cidade de [], estado de [], na Rua [], [número], ("Outorgado(s)"), para representar o Outorgante, na qualidade de acionista da DTCOM DIRECT TO COMPANY S.A ("Companhia"), na Assembleia Geral Ordinária da Companhia que se realizará no dia 29 de abril de 2022, às 11:00 horas, na sede social da Empresa, à Av. Dom Pedro II nº 1720, Quatro Barras - Paraná, ao(s) qual(is) outorga poderes para comparecer à Assembleia e votar, em nome e por conta do Outorgante, em conjunto ou isoladamente, independentemente da ordem de nomeação, em conformidade com as orientações de voto estabelecidas abaixo para cada um dos itens da Ordem do Dia:

Assembleia Geral Ordinária:

- (i) Examinar, discutir e aprovar, o relatório da administração e as demonstrações financeiras, inclusive parecer dos auditores independentes, relativos ao exercício social findo em 31.12.2021.
☐ A Favor ☐ Contra ☐ Abstenção
- (ii) Fixar a remuneração anual global dos administradores para o exercício de 2022.
☐ A Favor ☐ Contra ☐ Abstenção
- (iii) Deliberar sobre a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31.12.2021.
☐ A Favor ☐ Contra ☐ Abstenção

[Cidade], [dia] de [mês] de [Ano].
[Assinatura do Outorgante com firma reconhecida]

Anexo VIII

BOLETIM DE VOTO A DISTÂNCIA

Conforme o Anexo 21-F da ICVM 481/09, alterada pelas Instruções CVM 561/15 e 570/15

Dados do(s) acionista(s):

Nome:

CNPJ ou CPF:

E-mail:

Orientações de preenchimento:

Para que este Boletim seja considerado válido, o acionista que optar pelo voto à distância ou seu representante legal deverão (i) preencher todos os campos e (ii) rubricar todas as páginas e assinar a última página deste Boletim. Não serão exigidos reconhecimento de firma, tradução juramentada ou consularização.

Orientações de entrega, indicando a faculdade de enviar diretamente à Companhia ou enviar instruções de preenchimento ao escriturador ou ao custodiante:

Para que este Boletim seja considerado entregue, o acionista que optar pelo voto à distância deverá adotar uma das seguintes alternativas:

Alternativa 1 - Envio à Companhia: O acionista deverá enviar este Boletim a um dos endereços indicados no quadro abaixo, acompanhados dos documentos exigidos pela Companhia, até 7 dias antes da assembleia, ou seja, até 22.04.2022.

Alternativa 2 - Envio ao escriturador: O acionista deverá transmitir a instrução de preenchimento deste Boletim ao agente escriturador das ações da Companhia (Banco Bradesco S.A.), estejam ou não as ações depositadas em depositário central, observados os procedimentos estabelecidos e os documentos exigidos pelo agente escriturador, até 7 dias antes da assembleia, ou seja, até 22.04.2022, inclusive. As instruções de preenchimento deste Boletim recebidas pelo agente escriturador após tal data serão desconsideradas.

Alternativa 3 - Envio ao custodiante: O acionista deverá transmitir a instrução de preenchimento deste Boletim ao custodiante de suas ações, observados os procedimentos estabelecidos e os documentos exigidos pelo respectivo custodiante, até 7 dias antes da assembleia, ou seja, até 22.04.2022, inclusive. As instruções de preenchimento deste Boletim recebidas após tal data serão desconsideradas.

Os documentos exigidos são: (i) via original deste Boletim preenchido conforme as orientações do quadro acima; e (ii) cópia autenticada dos seguintes documentos (dispensada autenticação para aqueles disponíveis no website da CVM):

DOCUMENTOS	PESSOA FÍSICA	PESSOA JURÍDICA	FUNDO DE INVESTIMENTO
Identidade com foto do acionista ou de seu representante legal ¹	X	X	X
Contrato Social ou Estatuto Social consolidado e atualizado ²	N/D	X	X
Documento que comprove os poderes de representação ²	N/D	X	X
Regulamento do fundo consolidado e atualizado	N/D	N/D	X

1 Serão aceitos: RG, RNE, CNH, Passaporte e carteira de registro profissional.

2 Para fundos de investimento, documentos do gestor e/ou administrador, observada a política de voto.

Nos termos do Art. 21-U da Instrução CVM 481, a Companhia comunicará ao acionista, em até 3 dias do recebimento dos documentos, se eles são suficientes ou não para que o voto seja considerado válido.

Endereço postal e eletrônico para envio do boletim de voto a distância, caso o acionista deseje entregar o documento diretamente à Companhia

Postal: AVENIDA DOM PEDRO II, 1720 – BAIRRO COAB – QUATRO BARRAS – PARANÁ (A/C “Departamento de RI”)

Eletrônico: ri@dtcom.com.br / cristiane@dtcom.com.br (Assunto: “BVD - AGO de 29.04.2022”)

Indicação da instituição contratada pela Companhia para prestar o serviço de escrituração de valores mobiliários, com nome, endereço físico e eletrônico, telefone e pessoa para contato:

Escriturador: Banco Bradesco S.A., Departamento de Ações e Custodia, E-mail: 4010.acoes@bradesco.com.br

Contato: Sr. Hamilton José de Brito, Tel.: (11) 3684-9441 R.: 24-9049

O acionista poderá transmitir as instruções de voto a distância mediante entrega do boletim de voto em uma das agências do Banco Bradesco S.A., munido de cópias autenticadas dos documentos de identificação, sendo: a) pessoa física: identidade, Comprovante de Residência emitido há menos de 90 dias; b) pessoa jurídica/fundos de investimento: estatuto/contrato social/regulamento, documentos comprobatórios da representação e identidade do representante; e c) acionistas com domicílio fiscal no exterior: adicionalmente, serão exigidos documentos comprobatórios da origem dos recursos conforme Resolução CMN 4.373 ou Lei 4.131/62 e demais legislações correlatas.

Deliberações / Questões relacionadas à AGO

1. Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021;

☐ Aprovar ☐ Rejeitar ☐ Abster-se

2. Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e sobre a distribuição de dividendos, nos termos da Proposta da Administração;

☐ Aprovar ☐ Rejeitar ☐ Abster-se

3. Fixar a remuneração global anual dos membros da Diretoria para o exercício de 2022, nos termos da Proposta da Administração;

☐ Aprovar ☐ Rejeitar ☐ Abster-se

4. Em caso de segunda convocação dessa Assembleia Geral, as instruções de voto constantes nesse boletim podem ser consideradas também para a realização da Assembleia em segunda convocação?

☐ Aprovar ☐ Rejeitar ☐ Abster-se

_____, _____ de abril de 2022.
(Cidade e data)

Assinatura: _____
(Identificar o(s) acionista(s) no 1º quadro deste Boletim)

Nome do(s) signatário(s):

CPF do(s) signatário(s):

E-mail do(s) signatário(s):